

Vol 8, Núm. 1, jan-jun, 2024, pág. 110-124

Infâncias, crianças e espacialidades

Childhoods, children and spatialities

Dayse Leite Pereira¹
Leia Gonçalves de Freitas²

RESUMO

O presente artigo apresenta, na sua primeira seção, o conceito de infância como uma construção social. Na segunda seção, analisa-se o espaço sob a perspectiva da criança, com base na Geografia da Infância, tal Ciência permite que as crianças sejam ouvidas de forma a compreender os diversos usos e significados que elas dão ao espaço. O referencial teórico foi fundamentado em estudos da Sociologia e Psicologia da Infância, bem como da Geografia da Infância. O percurso metodológico utilizado foi de uma pesquisa bibliográfica e os resultados desse estudo apontaram que: as crianças têm uma relação singular com o espaço de forma plural e diversa.

Palavras-chave: Infâncias; Crianças; Espaço Geográfico.

ABSTRACT

This article aims to present a literature review about the relationship between childhood and space. Therefore, in the first section, the concept of childhood as a social construction is approached. In the second section, a reading of the space is carried out from the child's point of view, having as a field of approach the Geography of Childhood, such science, allows children to be heard in order to understand the different uses and meanings that they make of the space. The theoretical framework was based on Sociology and Childhood Psychology studies, as well as Childhood Geography. The methodological path used was bibliographical research, and the results of this study indicated that: children have a unique relationship with space in a plural and diverse way.

Keywords/Palabras clave: Childhoods; Children; Geographic space.

INTRODUÇÃO

Este texto é uma releitura da dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Pará-UFPA, no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UFPA). O propósito da pesquisa é abordar a criança, a infância e a relação com o espaço. Neste sentido, propõe-se apresentar uma revisão de literatura que trate a relação das infâncias e suas espacialidades. A

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: dayseuepa@mail.com. Brasil. ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-8236-7639>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: leiafreitas@ufpa.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1852-1106>.

pesquisa tem como aporte teórico os autores: Ariés (1973), Kohan (2004), Sarmiento (2005), Bronfenbrenner (2011), Corsaro (2011) e Lopes (2013)

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama teórico dos estudos sobre a infância e o espaço, não de forma exaustiva e totalitária, mas sim um recorte, a fim de contribuir para as discussões a respeito desse tema. Por esse motivo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, uma vez que ela possibilita a compreensão teórica do tema em questão, não apenas para reproduzir o que já foi publicado, mas também para refletir e apresentar contribuições sobre o assunto.

Dessa feita a pesquisa bibliográfica que, conforme Macedo (1994, p. 13): “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”. Assim, tem-se um mapeamento das produções que contribuem para verificação do ineditismo da pesquisa ou se trata de um tema pouco difundido, guiando o pesquisador para a construção da justificativa do artigo. Dessa forma, é possível realizar um estudo mais aprofundado sobre o objeto de pesquisa, o que possibilita uma análise criteriosa e coletiva, uma vez que há um contato com trabalhos de diferentes pesquisadores, o que implicará em um processo de interpretação e categorização.

Assim, no que tange ao surgimento da infância, Ariés (1973), afirma que tal conceito remonta a meados do século XIII, a Idade Média, período em que há registros da criança sendo vista como um adulto em miniatura. Uma questão crucial para compreender a lógica da época é que as idades da vida não tinham importância, não era comum nem valorizada a identidade quanto à data de nascimento, o que indica que não havia ponderado delimitar o fim da infância ou o início da puberdade, ou categorizar a sociedade em faixas etárias.

Assim, concorda-se com Khoan (2004, p.35), que afirma que “não podemos afirmar que a Europa inventou a infância, mas sim uma infância”. Dessa forma, é possível afirmar que há diversas infâncias e o comportamento infantil varia consoante a região, resultando em características de universalidade e pluralidade. Dessa feita, é possível notar que, a partir do século XX, os sentimentos de infância ganharam diferentes significados, os quais foram estudados em diversas áreas de estudo, como a psicologia e a sociologia.

INFÂNCIA E SOCIEDADE

Em um contexto da Sociologia Contemporânea, Sarmiento (2005), afirma que a infância é uma categoria que associa as crianças às interações socioculturais, além de sua filiação ao grupo etário, sendo um ator social que pertence a uma interseccionalidade de etnia, raça/cor, condição social e gênero.

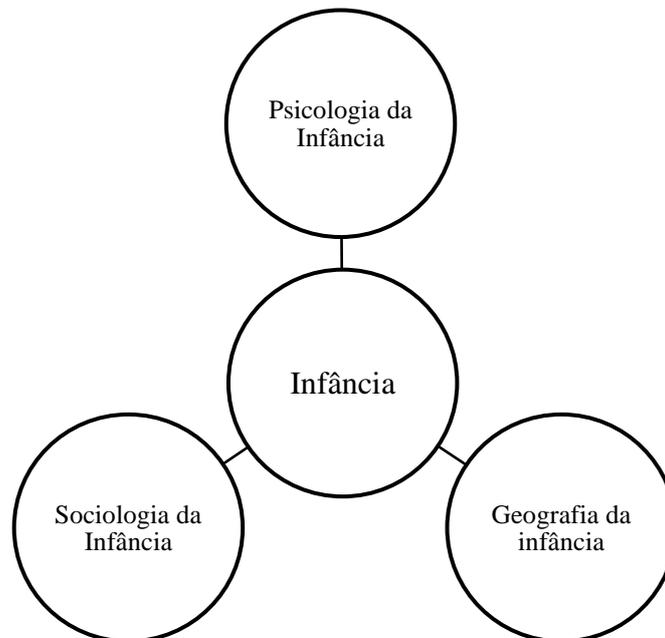
Ainda de acordo com Sarmiento (2005, p. 4) “a infância é independente das crianças, estas são os atores sociais concretos que em cada momento integram a categoria geracional; por efeito da variação etária desses atores, a ‘geração’ está continuamente a ser ‘preenchida’ e ‘esvaziada’ por seus elementos constitutivos”.

Dessa forma, percebe-se que compreender a infância como uma construção social, implica ampliar a visão centrada nas categorias biológicas e psicológicas, as quais tendem a estabelecer padrões de desenvolvimento infantil. Além disso, os diferentes campos de estudo têm análises diferentes, mas que não se dividem e sim se integram à discussão apresentada. Sendo assim, a Psicologia, a Sociologia e a Geografia trazem contribuições relevantes que se somam ao debate sobre o tema.

Em sua posição sobre a infância, Larrosa (2010) defende que devemos pensar a questão do binômio infância-criança, uma vez que a criança é um devir que nos escapa enquanto inquieta o conhecimento que temos e desassossega a nossa vontade de saber, suspendendo o que podemos conhecer, suas diversidades, inquietações, cotidianos, experiências, que questionam os espaços e lugares que construímos para elas.

A concepção da infância se baseia em suas conexões com os elementos socioculturais presentes no cotidiano da criança, compostos pelas suas vivências e experiências e estudados com base nos campos teóricos e metodológicos do pesquisador, como evidenciado na Figura 1.

Figura 1: Delimitação da categoria infância



Fonte: Adaptado de Pereira (2020).

No campo da Psicologia da Infância, as pesquisas sobre as crianças focam no seu desenvolvimento e aprendizagem. Em discussões sobre desenvolvimento cognitivo, físico, motor, emocional e social, é possível encontrar elementos como o desenvolvimento cognitivo, o espaço, o tempo, a causalidade, a aquisição de linguagem, a formação da consciência moral, a tipificação sexual e outros.

Dessa forma, o desenvolvimento da criança nas suas diversas fases, desde a concepção até a adolescência, são temas abordados pela Psicologia da Infância, como Bronfenbrenner (2011) aponta, ao afirmar que o indivíduo aprende, acumula experiências, competências e habilidades que o ajudam a construir sua autonomia e identidade na infância. Por vezes silenciada, a criança e suas particularidades não são consideradas, sendo, portanto, estudadas homogeneamente.

No que diz respeito a sua socialização é baseada em um modelo de desenvolvimento e cooperação, entretanto, o desejo de competição pode surgir em função da necessidade de aprovação e reconhecimento e até mesmo de prestígio. Além disso, a criança é, muitas vezes,

considerada egocêntrica e incapaz de se relacionar de forma dialógica; sendo assim, impõe-se regras, consideradas tão necessárias quanto a transgressão delas, e qualquer alteração no comportamento é um grave erro (Bronfenbrenner, 2011).

Bronfenbrenner (2011) sustenta que, quando estão em ações coletivas, as regras auxiliam o grupo a socializar, construir sua identidade e se autodeterminar, ao mesmo tempo, em que acomodam vivências de justiça, solidariedade e alteridade. No entanto, à medida que vão se desenvolvendo, novas necessidades de conversação e de vivências se intensificam, assim como a incorporação de novos valores.

No campo da Sociologia da Infância, a criança é vista como sujeito social de pleno direito e isso “implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em cultura” (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 20).

Corsaro (2011) por sua vez, entende que existe um “mundo das crianças” que deve ser minuciosamente estudado pela Sociologia Interpretativa, abordagem das crianças como atores sociais, com características e culturas próprias:

O termo interpretativo abrange os aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade. [...], as crianças criam e participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações. O termo reprodução inclui a ideia de que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais (Corsaro, 2011, p. 31 – 32).

A reprodução interpretativa apresenta a perspectiva da infância como uma categoria ativa, que não se limita a reproduzir passivamente os atos dos seus pares, mas também participa da construção social, em um processo de subjetivação simbólica de sua cultura. Dessa forma, entende-se que a infância deve ser analisada de forma a considerar sua diversidade de culturas, que se interligam em aspectos macro e microssociais.

Entende-se por reprodução interpretativa: “1) apropriação criativa de informações e conhecimentos do mundo adulto pelas crianças; 2) produção e participação de crianças em uma

série de culturas de pares e 3) contribuição infantil para a reprodução e extensão da cultura adulta [...]” (Corsaro, 2011, p. 54).

A apropriação criativa de informações do mundo adulto pelas crianças ocorre ao longo da infância, como é demonstrado pelo aprendizado da linguagem e da comunicação, aprendido gradualmente, cotidianamente, e pela socialização, a qual é muito mais do que uma simples adaptação ao meio. É um processo de apropriação, reinvenção e reprodução. (Corsaro, 2011, p. 31). Neste entendimento, as crianças “produzem coletivamente culturas de pares e contribuem para a reprodução de uma sociedade ou cultura mais ampla” (Corsaro, 2011, p. 94-95).

A análise do cotidiano da criança é relevante devido às ações individuais construídas, bem como à participação social, pois a infância, como um grupo social, se apropria de conhecimentos do mundo adulto para criar a sua cultura de pares. É importante salientar que não se trata de uma reprodução das ações adultas, mas sim de um novo significado adequado às necessidades infantis, contribuindo para a construção das culturas infantis.

Em linha com Corsaro (2011), Sarmiento (2008) analisa a cultura da infância e a dificuldade dos pesquisadores em captar e reverberar a voz das crianças, como afirma o autor: “ouvir a voz das crianças: esta expressão condensa todo um programa sistematicamente teórico, epistemológico e político” (Sarmiento, 2008, p. 27) O desafio está em perceber a infância não como um simples objeto passivo de pesquisa, mas como algo que exige sensibilidade e diálogos interdisciplinares.

As interfaces da Psicologia da Infância e a Sociologia da Infância fundamentaram os estudos sobre a Geografia da Infância, segundo Lopes (2013), entrecruzando outros recortes, como gênero, idade, condição econômica, sociocultural, concepção do espaço, lugar e cotidiano da criança em uma relação dialógica entre as categorias infância-criança-espaço, como uma particularidade do grupo social, em que se acentua ou distorce conceitos universais.

Essas questões começam a ser discutidas nos anos 1980 e 1990, quando houve um aumento nos ordenamentos jurídicos, políticos e legais do entendimento da criança como sujeito de direito, o que foi confirmado na Convenção sobre o Direito das Crianças, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990. Esses ordenamentos

expandiram o conceito do direito da criança ao espaço e, dessa forma, outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância: a ideia de território, de espaço como direito politicamente definido” (Lopes, 2013, p. 290)

No artigo n.º 59 do ECA o espaço é reconhecido como um direito politicamente definido, assim como a importância do uso do espaço para o desenvolvimento infantil. Com o avanço da legislação, surgiram os estudos com uma perspectiva que concebe as crianças como sujeitos ativos e protagonistas de suas vivências e produções de geografias. Dessa forma, torna-se necessário pensar quais espaços elas têm tido acesso e quais desses espaços têm sido proibidos.³

De acordo com Lopes (2013), a Geografia da Infância é uma abordagem teórica e metodológica que examina e investiga a interação das crianças com o espaço geográfico, proporcionando análises sobre como crianças de diferentes lugares e particularidades representam, percebem e vivem seus espaços. Nas palavras do autor:

[...] a infância é uma construção social, uma concepção sistematizada em diferentes sociedades, ela apresenta uma dimensão que é plural, pois não me é possível falar em uma única infância, mas na pluralidade de sociedades que cobrem a superfície terrestre; existe uma pluralidade de infâncias que se configuram. Localizar, mapear, descrever e interpretar essas infâncias são também pontos pertinentes aos estudos da Geografia (Lopes, 2013, p. 291).

Observa-se que, o reconhecimento da infância é uma construção social e plural, a qual é compreendida e sistematizada de acordo com diferentes sociedades e campos de estudo, exigindo do pesquisador o entendimento da dimensão espacial, pois as infâncias são lugares onde as crianças (re)constróem experiências, dando-lhes outros significados, materializados na sociedade de forma mais ampla.

O ESPAÇO, A CRIANÇA E A INFÂNCIA

³ Veja o artigo: Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias, de Lopes (2008).

O reconhecimento da importância do espaço geográfico para a compreensão da sociedade contribui para uma melhor delimitação dos estudos sobre e com as crianças, bem como suas espacialidades e geografias, pois:

[...] a criança é considerada desde o princípio como parte do social na totalidade, mas sempre como sujeito dessas relações sociais. Ela participa desde o seu nascimento na vida social, da qual faz parte. O social não é considerado algo exterior, como uma força alienígena, externa que exerce uma pressão na criança e que força as formas sociais, ou seja, objetivas, de pensar. A sociabilidade da criança pertence, desde o começo, aos aspectos essenciais da existência humana. O ambiente social é uma condição fundamental para o desenvolvimento da criança, para a origem e diferenciação das suas qualidades e funções humanas (Fichtner, 2010, p. 256- 257).

Sociabilizar para criança, portanto, é inerente ao seu ser e contribui para o seu crescimento. Sendo assim, ela é socialmente um ser de direito e protagonista da sua relação com o espaço, ainda que, de acordo com Lopes (2017), as pesquisas de Muchow (2012) mostram que essa relação não é considerada pelos gestores, nem mesmo pela maioria da população, ocorrendo o que se pode chamar de invisibilidade infantil.

Até agora, não houve nenhuma tentativa de questionar “o espaço de vida urbana” ou respondê-la cientificamente. Em ambas as literaturas, psicológica e pedagógica, “a criança” tem sido simplesmente um objeto de pesquisa. Os poucos estudos recentes que contrastam a criança da cidade com a criança rural não apresentam uma análise mais aprofundada, nem uma descrição da realidade da vida na cidade, nem tentam capturar “o espaço de vida” da criança urbana (Muchow; Muchow, 2012, p. 78).

Entre as inquietações da autora percebe-se a essência da relação da criança com seu espaço vivido, diante de um processo estruturado de generalização e homogeneização desse espaço estabelecido pelos adultos. Precisa-se refletir sobre a relação infância/ espaço de modo a considerar o que as crianças pensam sobre a temática e o que de fato necessitam para vivenciar sua infância com qualidade.

Assim, considera-se que as crianças se apropriam e criam lógicas espaciais diversas, mesmo que invisibilizadas, elas estão nos locais e seguem construindo suas noções de espaço e tempo, inseridas em um contexto material, simbólico e político, tal como afirma Lopes (2008, p. 12) “[...] a noção espacial, como parte integrante dos sujeitos, seria assim uma noção social, uma construção semiótica, constituída a partir do contexto cultural no qual se está inserido”.

Olhar o espaço como *locus* das vivências infantis, das múltiplas infâncias, é conceber que cada criança é criança de uma realidade, de uma cultura e isso influencia diretamente na sua relação com o espaço, na sua forma de vivê-lo e concebê-lo.

De acordo com Lopes (2017), tais características têm reflexo no entendimento de que, ao considerar a infância como uma questão geográfica, é necessário, sobretudo, assumir diferentes concepções. Uma vez que:

[...] em torno das crianças, muitos setores diferenciados, implicam-se, imbricam-se, tensionam [...] intensas relações sociais, políticas e econômicas. As próprias crianças não estão fora disso, não aceitam, passivamente, muitas das escolhas feitas para elas, na vida, nas instituições, em diversos locais, por isso falamos em uma Geografia das crianças, em uma Geografia da Infância, assumida, sempre em sua condição plural, humana, em interfaces da filogênese, da ontogênese e da sociogênese, que singularizam cada um de nós, mas sem perder sua fronteira com o outro, com o mundo (Lopes, 2017, p. 757).

Dessa forma, ao considerar a criança como a criadora do espaço, é importante considerar sua habilidade de reinventar, redesignar e, às vezes, até mesmo transgredir as regras e criar outros usos para um espaço estruturado. Sendo assim, ao analisar o contexto urbano e refletir sobre os espaços destinados à infância, é possível notar uma dinâmica em que esses indivíduos não são ouvidos ou sequer considerados. Como citado anteriormente, elas convivem em um espaço de disputa pela imposição da vontade de outrem, fazendo com que suas necessidades sejam emudecidas. Dessa vez, é preciso questionar as crianças em suas particularidades e modos de viver, perceber e conceber o seu espaço.

A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças sem sistemas organizados, isto é, em cultura (Sarmiento; Pinto, 1997, p. 20).

No que tange a considerá-las sujeitos de direitos, tem-se como ponto de reflexão as diferenças socioeconômicas que é parte das interseccionalidades da infância. Assim, quando se cita crianças em situação de vulnerabilidade, denota-se que estão em situação diferente da criança que mora em um condomínio fechado, por exemplo, todavia ambas sofrem influência

da lógica vigente por dividirem o mesmo tempo e sociedade capitalista. Corroborando com a discussão, Kramer (2007) afirma que:

Ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (Kramer, 2007, p. 14).

Denota-se que o capital influencia diretamente a forma de viver a infância e ocupar os espaços, trazendo a infância pobre para um lugar de invisibilidade e emudecimento. Dessa forma, os modos de brincar e ter o direito à cidade são ditadas pelo capital, uma vez que, na sociedade atual, os espaços públicos de lazer estão cada vez mais escassos e os espaços privados (playground) continuam a crescer, pois, teoricamente, oferecem uma sensação de segurança, mas isso é segregado para aqueles que têm recursos financeiros para investir nesse tipo de lazer.

A identificação das crianças com o espaço se dá pelo brincar, o qual é uma forma de construção de socialização. Sendo assim, urge empoderar as crianças para que elas possam participar de decisões sobre a cidade e os usos dos espaços. Logo, é necessário criar espaços de brincar que aumentem a interação entre elas, que sejam acessíveis, que despertam a sua curiosidade e imaginação, e auxiliem no seu desenvolvimento físico e cognitivo. Dessa forma, elas podem construir um espaço de cidadania e integrar-se à sociedade.

Analisar o espaço na perspectiva infantil, é desafiador, uma vez que, precisa destacar os modos em que as crianças enxergam o mundo que as circunda. Superar a hegemonia dessas análises é fundamental já que se percebe o espaço cotidiano como uma produção da infância, uma forma de fazer isso é evidenciar os artefatos de infância, como indica Lopes (2018).

O escorregador, equipamento ainda presente em nossas praças, por exemplo, é um artefato de infância, um artefato pensado para as crianças, existente no Brasil, mas que tem suas origens em outros locais, distantes no espaço e no tempo, estabelecendo fluxos de infância que ligam as diferentes localidades, num processo de globalidade (Lopes, 2018, p. 34).

Os artefatos de infância são elementos simbólicos, culturais e integradores das crianças em suas relações sociais e espaciais, estabelecendo, através do brincar, fluxos de infância em diferentes lugares. Tais artefatos remetem ao brincar, atividade essa considerada essencial, como afirma Fantin (2000), pois:

Brincando (e não só) a criança se relaciona, experimenta, investiga e amplia seus conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo que está ao seu redor. Através da brincadeira podemos saber como as crianças observam o mundo e como gostariam que fosse, expressando como pensam, organizam e entendem esse mundo. Isso acontece porque, quando brinca, a criança cria uma situação imaginária que surge a partir do conhecimento que possui do mundo em que os adultos agem e no qual precisa aprender a viver (Fantin, 2000, p. 53).

O ato de brincar é associado à infância, período em que as crianças criam suas representações do mundo, uma vez que possibilita a troca de conhecimentos, incentiva a imaginação, promove a interação social, desafia a capacidade de raciocínio e ajuda a explorar o desenvolvimento de diversas linguagens infantis, incluindo os musicais, orais e corporais. É nesse contexto que ela desenvolve a noção de espaço cotidiano. É através da interação diária com esses locais onde costuma passear, brincar e estudar que estabelece o espaço vivido. O desafio é como diz Abramowicz (2013)

Como criar e produzir um espaço fora das amarras de sentido, da ideia de infância/povo, uma espécie de espaço fora-da-infância, uma banda larga, uma margem maior, que nunca se sabe exatamente aonde vai chegar, em que as crianças possam ficar a sós, pensar, grunhir, falar, inventar, criar, dançar, etc. (Abramowicz, 2013, p.10-11).

A maneira do pesquisador compreender as crianças no seu cotidiano é reverberando as suas vozes de forma a permitir compreender as suas lógicas, reconhecendo o seu protagonismo no espaço. Dessa forma, percebe-se que a Geografia da Infância ajuda a dialogar com as lógicas infantis sobre o espaço e o tempo atual, concebendo a infância como um período comum a todos e que contribui para a humanização.

Dessa forma, a criança percebe o espaço de uma forma diversa da visão tradicional dos adultos, entendida como um processo, uma ocupação, tornando as suas noções de distância, por vezes, conflitantes. Elas avançam até por lugares considerados inacessíveis. Um exemplo disso

é a rua, espaço criado para o trânsito, mas que muitas crianças usam como lugar para brincar, dando-lhe uma nova função.

E nesse sentido, se agora sabemos que a infância é uma invenção, temos também a certeza da impossibilidade de compreendê-la a partir de um único olhar. Eis o grande desafio para todos nós encantadores e formadores de outras vidas em suas experiências cotidianas. Talvez aqui devamos aprender com as crianças que fomos, que aqui narramos e com as que fazem parte de nosso dia a dia, que desacreditar em verdades firmemente preestabelecidas e viver despreocupadamente os espaços ditos vedados, é crer na possibilidade de construir o que parece impossível. Equilibrar-se no meio fio como numa brincadeira da infância pode ser o caminho que une lugares aparentemente desconexos e segmentados (Lopes, 2013, p. 105).

Para assegurar um cotidiano saudável, as crianças necessitam de espaços públicos de lazer para poderem brincar, desenvolver sua cultura de pares, em uma constante movimentação social, cultural e espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, empreendeu-se um esforço de compreender as relações entre as crianças, infâncias e o espaço, para tal utilizou-se dos campos teóricos da Psicologia da Infância, Sociologia e Geografia da Infância.

Ao analisar a psicologia da infância, observou-se que, durante um longo período, a criança foi considerada um ser incompleto, que ainda não possui as características necessárias para se tornar adulto, um ser em falta. Apesar da contribuição de teorias no progresso do estudo da infância, ainda há uma ideia de que a criança é um ser homogêneo. Assim sendo, optou-se pelo pensamento teórico de Bronfenbrenner (2011), visto que ele considera a criança como um ser formado pelas suas experiências. Dessa forma, ele propõe uma reflexão sobre o universo infantil para não as categorizar como iguais, mas sim respeitar suas particularidades.

Sobre a Sociologia da Infância, percebeu-se que ela concebe a infância de uma forma estrutural, quando seus membros mudam constantemente, sendo uma fase da vida humana e uma categoria social permanente para a sociedade. Dessa forma, analisou-se a infância a partir da perspectiva social, mas sem o reducionismo, concebendo a criança como um ser biopsicossocial. Apesar das perspectivas epistemológicas e analíticas diversas, é notório que os autores da Sociologia Contemporânea buscam a desconstrução da Sociologia Positivista da

infância. Então, faz-se importante abordar a diversidade de conceitos que compõem a infância como construção social, para tal, fez-se como escolhas teóricas os autores Corsaro (2011) e Sarmiento (2005), devido às suas abordagens conceberem a infância como categoria geracional permanente, analisando-a coletivamente e opondo-se a adultização desse processo.

No que tange as espacialidades utilizou-se da Geografia da Infância, tendo como autor LOPES (2018), que traz a criança como produtora do espaço e de geografias, em que pese a capacidade que elas têm de representar o seu espaço, além de ler e interpretar de uma forma singular. Tal ciência, abrange além da discussão do binômio criança-espaço uma perspectiva ampla de vivência infantil em todas as suas implicações. Por fim, conclui-se que essa revisão teórica permitiu analisar o espaço em sua perspectiva social com suas representações multifacetadas, de modo a não homogeneizar as infâncias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A; RODRIGUES, T. C. **Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos**. Educ. Soc., Campinas/SP: v. 35, n. 127, p. 461-474, abr.-jun. 2014. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 6 de mai. de 2020.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BEHNKEN, I.; HONIG M. S. (org.) *In*: MUCHOW, Martha; MUCHOW, Hans Heinrich. **Der Lebensraum des Großstadtkindes**. Doutschland: Beltz Juventa, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRONFENBRENNER, U. Fortalecendo os sistemas da família. *In*: BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos** (p. 277-289). Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011.

FANTIN, M. **No mundo da brincadeira: jogo e cultura na Educação Infantil**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FICHTNER, B. Instrumento — Signo – Mímesis: **O potencial de “representações simbólicas” na perspectiva da abordagem histórico-cultural.** In: SILVA, L. S.P.; LOPES, J. J. M. Diálogos de pesquisas sobre crianças e infâncias. Niterói-RJ: UFF, 2010.

KOHAN, W. O. **A infância da educação: o conceito devir-criança.** In: KOHAN, W. (Org.). Lugares da Infância. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, J; RANGEL, S.D.; NASCIMENTO, A. R. (orgs.). Do **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LARROSA, J. **Pedagogia profana-danças, piruetas e mascaradas.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOPES, J. J; FICHTNER, Bernd. **O espaço de vida da criança:** contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 26, n. 63, p. 755-774, set./dez. 2017. Disponível em:
www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5564.
Acesso em: 17 ago. 2020

LOPES, J. J. **Geografia e Educação Infantil: Espaços e Tempos Desacostumados.** Rio de Janeiro: Mediação, 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias:** as contribuições da geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. Contexto e Educação. Unijuí, v. 23, n. 79, 2008.

LOPES, J. J; FICHTNER, B. **O espaço de vida da criança:** contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. Revista Educação pública, Cuiabá, v. 26, n. 63, p. 755-774, set./dez. 2017.
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5564>. Acesso em: 15 agosto. 2019.

MACEDO, N. D. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade:** interrogações a partir da Sociologia da Infância. Educação e Sociedade, 26(91), 2005, p. 361-378.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais.** Petrópolis: Vozes, 2008.

SARMENTO, M. J. e PINTO, M. “As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo”. In; M. PINTO, M. J Sarmiento (coord.), **As Crianças: Contextos e Identidades**. Braga. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

Submetido em: 15 de agosto de 2023.

Aprovado em: 02 de outubro de 2023.

Publicado em: 01 de janeiro de 2024.

Autoria:

Autoria 1 - Dayse Leite Pereira

Mestre em Geografia, pedagoga da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED da Universidade do estado do Pará.

E-mail: dayseuepa@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8236-7639.

Brasil.

Autoria 2- Leia Gonçalves de Freitas

Doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira. Líder do grupo de estudos e pesquisa Infâncias Amazônicas e Formação Docente.

E-mail: leiafreitas@ufpa.br

ORCID: 0000-0003-1852-1106.

Brasil.